



Sociedade e Estado
ISSN: 0102-6992
ISSN: 1980-5462
revistasol@unb.br
Universidade de Brasília
Brasil

Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização

Eduardo Georjão Fernandes; Alex Niche Teixeira

Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização

Sociedade e Estado, vol. 33, núm. 3, 2018

Universidade de Brasília, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339957979012>

DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201833030011>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização

Eduardo Georjão Fernandes
eduardo.g.fernandes@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Alex Niche Teixeira alexnt.ufrgs@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O estudo aborda a temática dos enquadramentos midiáticos da ação coletiva. Especificamente, trata-se de um estudo metodológico, guiado pelo seguinte questionamento: como desenvolver um modelo analítico que garanta precisão conceitual e rigor metodológico para o estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização? Para tanto, o trabalho discute o conceito de enquadramento midiático e, em seguida, apresenta a construção empírica de um modelo analítico, com base na cobertura de jornais de Porto Alegre (RS) sobre o ciclo de protestos de 2013 na cidade. Por fim, são demonstrados os avanços teórico-metodológicos resultantes da utilização do modelo desenvolvido.

Palavras-chave: Enquadramentos midiáticos, Ação coletiva, Metodologia, Modelo analítico, Ciclo de protestos de 2013.

Abstract: The study addresses the issue of media's frameworks of collective action. Specifically, it is a methodological study, guided by the following question: How to develop an analytical model that ensures conceptual accuracy and methodological rigor to the study of media framing of mobilization processes? Therefore, the paper discusses the concept of media framework and presents the empirical construction of an analytical model based on the coverage of newspapers from Porto Alegre, Brazil about the 2013 protest cycles in the city. Finally, the study demonstrates the theoretical and methodological advances resulting from the use of the developed model.

Keywords: Media frameworks, Collective action, Methodology, Analytical model, 2013 protests cycle.

Introdução

Os estudos sobre movimentos sociais têm incorporado o conceito de frames (enquadramentos interpretativos), de Erving Goffman (2012), para a operacionalização de pesquisas sobre as interpretações atribuídas a processos de mobilização. Em âmbito internacional, diversos autores têm se vinculado a essa perspectiva teórica (Benford, 1997; Snow & Benford, 1988; 1992; Koenig, 2004; 2006).

Ao se considerar que o ato de atribuição de sentido às ações de movimentos sociais é levado a cabo por diversos atores (sejam os próprios ativistas, sejam as autoridades políticas ou os veículos midiáticos), constituiu-se um campo específico, dedicado ao estudo dos enquadramentos midiáticos aos processos de mobilização. As propostas

Sociedade e Estado, vol. 33, núm. 3, 2018

Universidade de Brasília, Brasil

Recepção: 01 Dezembro 2017
Aprovação: 14 Junho 2018

DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201833030011>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339957979012>

de Gitlin (1980) e de Entman e Rojechi (1993) são paradigmáticas de tal perspectiva.

No entanto, o desenvolvimento dessa abordagem no Brasil perpassa alguns desafios: embora haja um debate internacional profícuo sobre o conceito de frames, essa abordagem tem sido praticamente ignorada pelas pesquisas brasileiras em movimentos sociais (Silva, Cotanda & Pereira, 2013); o estudo de enquadramentos midiáticos à ação coletiva exige a interlocução entre o campo da ação coletiva e os estudos em comunicação; mesmo em âmbito internacional, a literatura aponta a falta de precisão do termo frame e a ausência de sistematização para a operacionalização do conceito (Entman, 1994; Benford, 1997; Scheufele, 1999).

Tendo em vista as configurações explicitadas, o presente estudo busca enfrentar esses desafios, respondendo ao seguinte questionamento: como desenvolver um modelo analítico que confira precisão conceitual e rigor metodológico para o estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização?

Para enfrentar essa questão, o presente trabalho foi subdividido em três seções. Na primeira, resgata-se o conceito de frame em Goffman e se demonstra como o conceito tem sido incorporado aos campos dos movimentos sociais e da comunicação. Na segunda seção, apresenta-se, a partir de um objeto empírico específico - a cobertura de jornais ao ciclo de protestos de 2013 em Porto Alegre (RS) -, o percurso metodológico que culminou na construção de um modelo analítico para o estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização. Por fim, na conclusão, são explicitados os avanços teórico-metodológicos resultantes da utilização do referido modelo.

O conceito de enquadramento interpretativo e sua incorporação ao estudo da ação coletiva

Enquadramentos interpretativos da ação coletiva

O primeiro autor a tratar sociologicamente a noção de enquadramento interpretativo foi Erving Goffman, em *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise* (2012). Embora, nesse livro, Goffman não tenha abordado especificamente o tema de movimentos sociais, o conceito de “enquadramento” - ou “emolduramento” - tem sido utilizado no estudo dos modos por meio dos quais se interpreta a ação coletiva (Silva, Cotanda & Pereira, 2013: 5).

Na obra, o interesse de Goffman (2012) consiste em entender, epistemologicamente, de que modo as pessoas definem as situações como reais. Para tanto, o autor lança mão do conceito de quadro (frame), inicialmente criado por Bateson (1972). “Enquadrar” significa “conceder atenção” ao que está dentro de um quadro, de modo que, diante da multiplicidade de aspectos que poderiam ser apreendidos da realidade, apenas alguns deles sejam capturados e organizem o mundo dos atores sociais (Goffman, 2012).

Com base no conceito de frame, teóricos dos movimentos sociais formularam a ideia de “molduras interpretativas da ação coletiva” (Miac) (Gamson et alii, 1992). A partir de então, diversos autores têm se vinculado a essa perspectiva teórica (Benford, 1997; Snow & Benford,

1988; 1992; Koenig, 2004; 2006). Assim Snow e Benford definem conceitualmente as “molduras interpretativas da ação coletiva”:

Esquema interpretativo que simplifica e condensa o “mundo lá fora”, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado (Snow & Benford, 1992: 137).

Quanto ao papel de veículos midiáticos na construção de molduras interpretativas da ação coletiva, parte-se da noção de que “os meios de comunicação estão longe de ser espectadores neutros ao enquadrar os fatos dos movimentos” (Tarrow, 2009: 151). Em contraposição às abordagens que tomam como referência a “objetividade” (Porto, 2002), como se o conteúdo midiático fosse um “espelho” da realidade, assume-se a perspectiva da “construção social da notícia” e se considera que as notícias são resultado de disputas em torno de um amplo conjunto de interesses sociais (Fernandes, 2016b).

Revisões de literatura nas pesquisas em comunicação indicam, assim como no caso das pesquisas sobre movimentos sociais, a falta de precisão do termo “enquadramento” e a ausência de teorias sistematizadas para operacionalização desse conceito (Entman, 1994; Benford, 1997; Scheufele, 1999). É de Todd Gitlin (1980) a primeira sistematização mais precisa do conceito de enquadramento aplicado aos estudos de mídia:

Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (Gitlin, 1980: 7, grifos nossos).

Um ponto importante na definição de Gitlin é a compreensão de que os meios de comunicação operam na utilização de recursos (seleção, ênfase, exclusão etc.) para organizar o mundo e produzir interpretações específicas sobre os acontecimentos (Porto, 2002). Os modos e a intensidade de utilização desses recursos conformam os padrões interpretativos dos veículos midiáticos. O estudo de Gitlin (1980) é precursor da emergência de um campo de pesquisas que se centra na relação entre mídia e movimentos sociais (Ryan, 1991; Entman & Rojecki, 1993; McAdam, McCarthy & Zald, 1996; Wolfsfeld, 1997). Dentre tais estudos, destaca-se a tradição liderada por Gamson et alii (1992), com a abordagem da mídia como ator inserido na “construção social da realidade”.

Enquanto o conceito de “enquadramento” de Gitlin focaliza os procedimentos utilizados pelas mídias para a construção de interpretações sobre a ação coletiva (ênfase na forma), Gamson et alii (1992), por meio da noção de “pacotes interpretativos”, abordam o conteúdo das interpretações midiáticas, considerando-se que esses “pacotes” são formados por esquemas interpretativos. A partir desses elementos, Entman (1994) formula um conceito de “enquadramento” que busca tratar, concomitantemente, questões de forma e de conteúdo:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover

uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (Entman, 1994: 294, grifos nossos).

Enquadrando os elementos da ação coletiva: sujeitos, verbos e objetos

A literatura de movimentos sociais indica pelo menos três elementos considerados relevantes no processo de enquadramento a ações de movimentos sociais. O primeiro é a identidade. Os atores imersos no conflito (integrantes de movimentos sociais, autoridades estatais e a própria mídia) necessitam criar, a respeito dos fatos, versões que favoreçam seus interesses (Ruggiero, 2005: 289). A partir das diferentes molduras interpretativas formuladas pelos atores do conflito, são explicitados antagonismos e fronteiras identitárias entre “nós” e “eles”. Ao definir problemas, identificar protagonistas e antagonistas, apontar linhas particulares de ação, os atores em disputa buscam mobilizar o suporte necessário para justificar seus atos. Por meio dessa construção interpretativa da realidade, intenta-se adquirir consistência explicativa e poder emocional na luta pela delimitação de identidades coletivas em confronto (Della Porta, 2008). A identidade dos(as) manifestantes, dimensão consolidada na literatura como fator explicativo das dinâmicas de movimentos sociais (Melucci, 1995) é, assim, ao mesmo tempo constitutiva dos processos de mobilização e estratégica, por ser utilizada como fator de mobilização (ou de arrefecimento) dos episódios de contestação (Demetriou, 2007).

Como segundo elemento relevante, a bibliografia aponta para a noção de injustiça. Os atores envolvidos em processos de mobilização necessitam justificar a necessidade da ação coletiva preferencialmente a outras formas de resolução de conflitos. Assim, o apoio público aos atos está atrelado à construção de um sentimento de injustiça, à desumanização/neutralização dos adversários e à descrença na eficácia de outros meios de resolução do conflito, como o diálogo (López & Sabucedo, 2007).

Soma-se, ainda, o elemento da interação, dos meios utilizados para a concretização da ação coletiva. Nesse sentido, é relevante o conceito de repertório, sendo este entendido como formas historicamente consolidadas de concretização da ação coletiva (passeatas, ocupações, reuniões com autoridades políticas) (Tilly, 1978).

Uma interessante sistematização do processo de enquadramento desses elementos é apresentada no estudo realizado por Johnston e Alimi (2012). Ao utilizarem como base o conceito de “esquemas primários” (primary frameworks) para a compreensão de confrontos políticos, entendem os autores serem os primary frameworks apreendidos a partir de três componentes discursivos: o “sujeito” (identidade coletiva), o “verbo” (o que o sujeito faz - interações) e o “objeto” (a quem ou a que se refere a ação do sujeito - injustiça). A construção discursiva do conflito dá-se em um contexto de relação entre determinado “sujeito” e um “objeto”, sendo estes ligados por um “verbo”:

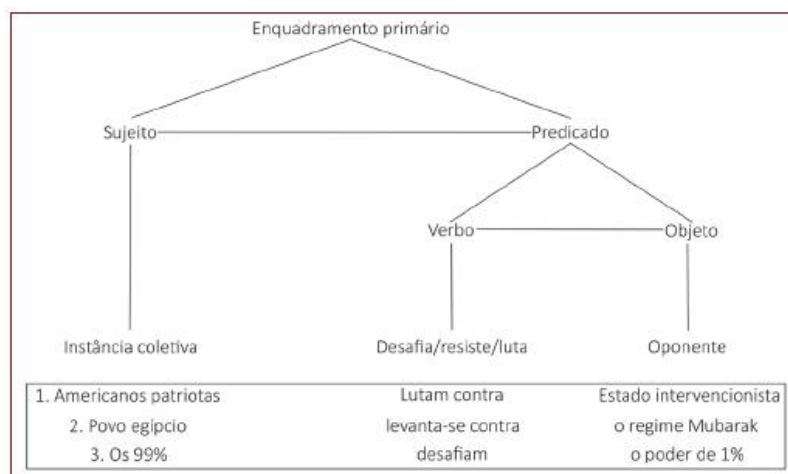


Figura 1
Representação gráfica da estrutura de primary framework
Johnston; Alimi (2012).

Por fim, como resultado dessa construção discursiva, são produzidos os enquadramentos interpretativos da ação coletiva. Tais enquadramentos são mobilizados pelas mídias de forma a favorecerem - ou desfavorecerem - a ação dos movimentos sociais. É importante, assim, o conceito de “legitimidade”, entendido como o grau em que os veículos midiáticos, com seus enquadramentos, apoiam ou rejeitam as reivindicações dos movimentos sociais (Koopmans & Olzak, 2004).

O ciclo de protestos de 2013 e a construção de um modelo analítico

Durante o ano de 2013, especialmente durante o mês de junho, as ruas do Brasil foram tomadas por uma série de protestos ocorridos em diferentes cidades do país. Aquele período tem sido, desde então, objeto central de diversos estudos dedicados à análise dos processos envolvidos na produção, no desenvolvimento e nas consequências daquelas mobilizações. Dentre os livros (Cattani, 2014; Maricato et alii, 2013), os artigos (Alonso & Mische, 2016; Dowbor & Szwako, 2013; Ortellado, 2013; Singer, 2013), as teses e dissertações (Fernandes, 2016a; Silva, 2014b; Silva, 2016), identifica-se a constituição de uma vasta literatura sobre as denominadas “Jornadas de Junho”, abarcando-se uma considerável variedade de temáticas.

Um primeiro segmento dessa literatura dedica-se a interpretar o que aqueles eventos significaram para os processos políticos no Brasil de forma mais ampla. Em outros termos, tais estudos buscam responder à complexa questão: o que foi, afinal, junho de 2013? As provisórias respostas já produzidas são conflitantes e tendem a enfatizar papéis de atores específicos. Alonso e Mische (2016), por exemplo, identificam como central, em 2013, a emergência de três distintos repertórios (socialista, autonomista e patriótico), cindindo os atores presentes às ruas; Singer (2013) entende 2013 como expressão, a um só tempo, de uma classe média inconformada e de um “novo proletariado” emergente; Ortellado (2013) dá centralidade à atuação da esquerda autonomista.

A discussão na literatura reflete a polissemia de 2013, e o enfrentamento dessa interpretação mais ampla não é o objeto do presente estudo, considerando-se, ademais, que as especificidades locais dos protestos em diferentes cidades não permite uma interpretação unívoca. Ainda assim, é possível dizer que se formou um consenso em torno da interpretação de que, embora as passeatas de 2013 tenham sido disparadas pelo aumento no valor do transporte público e inicialmente organizadas por coletivos específicos (Movimento Passe Livre, em São Paulo; Bloco de Lutas pelo Transporte Público, em Porto Alegre; entre outros), o período de ampliação dos protestos caracterizou-se pela multiplicação de atores e reivindicações. Enquanto as pautas passaram a abranger temas múltiplos e muitas vezes sequer conectados entre si - como os gastos com a Copa do Mundo 2014, a PEC 37, a corrupção da esfera política e a repressão policial - as ruas também foram tomadas por uma multiplicidade de atores não vinculados aos grupos que iniciaram os protestos. Essas características, em conjunto, conformam o que Tarrow (2009) denomina “ciclo de protestos”:

[...] uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social, com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos da ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades (Tarrow, 2009: 182).

Exatamente pela surpresa e diversidade que configuraram os protestos de 2013, no curso do ciclo uma miríade de interpretações a respeito “do que estava acontecendo ali” (Goffman, 2012: 30) também foi produzida, caracterizando-se uma disputa interpretativa a respeito do fenômeno. Assim, uma das principais discussões emergentes do ciclo de protestos de 2013 foi a relação entre mídia e ativismo. Por um lado, presenciou-se, em 2013, a intensa utilização de novas tecnologias de informação na cobertura dos protestos (Fontanetto & Cavalcanti, 2016), na difusão das mensagens dos manifestantes e na própria constituição das estruturas de mobilização (Silva, 2014a; 2014b). Por outro lado, os veículos de mídia corporativa não perderam relevância, constituíram-se como atores centrais na produção de interpretações sobre o ciclo de protestos (Araújo, Alves Filho & Nunes, 2014; Fernandes, 2016a; Lima, 2013; Moraes, 2015), disseminando conteúdo por meio de mídias sociais (Bittencourt, 2013).

Essa literatura, formada principalmente por estudos situados no campo da comunicação, tem apontado na direção de que, nacionalmente, houve uma mudança interpretativa nos veículos de mídia corporativa durante o mês de junho (Araújo & Alves Filho; Cammaerts & Jiménez-Martínez, 2014; Araújo, Alves F.o & Nunes, 2014; Fernandes, 2016a; Moraes, 2015). Os enquadramentos iniciais das mídias corporativas tenderam a condenar as manifestações como um todo, enfatizando as táticas violentas adotadas por manifestantes. Com a entrada de novos atores nas ruas e

a multiplicação da pauta dos protestos, porém, os estudos identificam no mês de junho uma mudança interpretativa direcionada ao apoio aos manifestantes, embora mantendo-se o tom condenatório a manifestantes considerados “vândalos” (Fernandes, 2016a; Fontanetto & Cavalcanti, 2016; Mendonça & Daemon, 2014; Moraes, 2015; Silva & Fernandes, 2017).

Por outro turno, quanto às interpretações produzidas pelas mídias alternativas, a literatura identifica que a disseminação de interpretações em mídias “não tradicionais” (a maioria desses estudos trata da cobertura da “Mídia Ninja”¹) possibilitou a emergência de “outras vozes”, destacando-se elementos pouco salientes em veículos corporativos, como a violência policial aos manifestantes (Fernandes, 2016a; Fontanetto & Cavalcanti, 2016; Silva, 2014b). As mídias alternativas, em suma, optariam por “evidenciar aquilo que a mídia tradicional não mostra” (Fontanetto & Cavalcanti, 2016: 360).

É no debate sobre as disputas interpretativas a respeito dos protestos de 2013 que o presente trabalho se insere. O foco consiste na apresentação de um modelo analítico que dê conta de identificar e descrever detalhadamente a multiplicidade e a complexidade de enquadramentos produzidos durante o ciclo.

O modelo analítico

Como já demonstrado, embora a noção de enquadramento interpretativo seja frequentemente utilizada em estudos sobre a ação de movimentos sociais (Koenig, 2004), bem como em pesquisas sobre comunicação e mídia (Porto, 2002), não há uma metodologia consolidada para se operar tal conceito (Benford, 1997). Tal circunstância, ainda que gere, como potência, um espaço aberto para experimentações de desenhos metodológicos, ocasiona algumas dificuldades. Ao mesmo tempo em que se observa a dificuldade de formalização de instrumentos de identificação e de mensuração dos enquadramentos, muitos estudos não explicitam o trajeto percorrido para a detecção desses recortes interpretativos da realidade (Koenig, 2004).

Dados tais desafios, para que se confira rigor metodológico aos estudos de enquadramentos interpretativos, fez-se necessário dar visibilidade (Spink & Lima, 2013) aos procedimentos adotados na construção da análise. A explicitação dos modelos de identificação e de análise dos enquadramentos utilizados pelo(a) pesquisador(a) permite que o(a) leitor(a) possa compreender os procedimentos metodológicos que culminaram nas conclusões do estudo. Assim, a ausência de uma sistematização prévia é resolvida por meio da demonstração do modo como o(a) pesquisador(a), no seu estudo específico, construiu metodologicamente tal operacionalização (Koenig, 2004).

Nesta seção, busca-se apresentar o percurso metodológico adotado para a formulação de um modelo analítico de estudo de enquadramentos a ações de movimentos sociais. Especificamente, demonstra-se como se pesquisou a cobertura de determinados jornais de Porto Alegre (RS) ao ciclo de protestos deflagrado na cidade em 2013, objeto empírico estudado por um dos autores em sua dissertação de mestrado.

A análise de dados foi subdividida em distintos momentos. Primeiramente, sistematizou-se o banco de dados, por meio da quantificação do material documental. Posteriormente, foi realizada a análise do conteúdo de notícias específicas, relativas à cobertura de eventos de protesto ocorridos no curso do ciclo de protestos de 2013.

A quantificação do banco de dados teve por objetivo organizar o material documental que compôs o corpus do trabalho tendo em vista que, ao total, foram selecionadas 542 publicações relativas às coberturas dos jornais Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 ao ciclo de protestos de 2013. Além do aspecto de sistematização, esse procedimento permitiu a verificação analítica das tendências da cobertura de cada um dos jornais. Para embasamento teórico a esta etapa do trabalho, adotou-se como referência o estudo Vozes silenciadas: mídia e protestos. A cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo (Intervozes, 2014)².

Posteriormente, delimitou-se, dentre as publicações que compuseram o corpus da pesquisa, material jornalístico para a realização de análise de conteúdo. Essa espécie de análise pode ser caracterizada como um conjunto de técnicas voltado para a sistematização e para a descrição objetiva do conteúdo de mensagens - sejam estas verbais ou não verbais (Bardin, 2010).

Ao se considerar que a pesquisa teve como objetivo a identificação de enquadramentos interpretativos formulados ao longo do ano de 2013, foi delimitada, como objeto de análise, a cobertura midiática a eventos específicos de protesto ocorridos durante esse período. Como critério de seleção, definiu-se serem abrangidos eventos que se situassem temporalmente em diferentes meses do ano, abarcando o período “pré-junho”, os acontecimentos de junho e as coberturas posteriores a este mês. Buscou-se ainda selecionar protestos que agrupassem uma multiplicidade considerável de características (atores envolvidos, pautas demandadas, repertórios utilizados, interação entre manifestantes e aparato policial etc.). Esses critérios tiveram como objetivo permitir ao pesquisador identificar diferentes enquadramentos produzidos por cada um dos veículos, bem como verificar eventuais alterações de enquadramentos operadas ao longo do ano. Segue a Tabela 1 com os eventos escolhidos:

Eventos de protesto selecionados para análise de conteúdo		
Período	“Pré-junho”	Protesto do dia 27 de março
		Protesto do dia 04 de abril
	Junho	Protesto do dia 13 de junho
		Protesto do dia 20 de junho
	“Pós-junho”	Retrospectiva

Tabela 1

Eventos de protesto selecionados para realização de análise qualitativa
autoria própria.

Como já referido, a seleção dos eventos de protesto analisados na dissertação de mestrado de um dos autores (Fernandes, 2016a) justificou-

se pelo objetivo de serem abrangidos eventos referentes a cada um dos três períodos (anterior, durante e posterior), capturando-se eventuais multiplicidades e transformações de enquadramentos nesses diferentes períodos. No presente texto de caráter metodológico, porém, o escopo não é apresentar a análise de todos os referidos eventos de protesto, mas sim demonstrar, a partir da aplicação do modelo de análise a um evento específico, a operacionalização do modelo.

O material selecionado para o estudo foi composto por diferentes formatos jornalísticos: artigos, cartas do editor, colunas, editoriais, notas, notícias. Tendo em vista que a análise qualitativa se centrou nos enquadramentos das mobilizações, foram selecionadas, dentre as publicações referentes aos eventos da Tabela 1, apenas notícias, sendo excluídos outros formatos jornalísticos. Dentre as notícias, foram selecionadas aquelas cuja temática foi a realização do protesto, com a descrição das interações ocorridas nas manifestações e do percurso dos eventos, desde a concentração de ativistas até o desfecho da mobilização. Já as retrospectivas selecionadas consistiram nos textos produzidos pelos jornais ao final do ano, para descrever o ciclo de protestos de 2013.

Para a análise do material, utilizou-se como suporte o programa informacional de auxílio à análise qualitativa de dados NVivo 10. Este programa permite que, a partir do material empírico estudado, seja realizado um processo de codificação que “implica a criação de códigos, ou categorias, nas quais são armazenados índices de referência (indexadores) às porções do material empírico utilizado na análise” (Teixeira, 2009: 28-29). As categorias, por sua vez, são termos - ou expressões - que condensam uma “significação central do conceito que se quer apreender” (Teixeira, 2009: 29). Ou seja, diante da multiplicidade das informações que compõem o conjunto dos dados da pesquisa, a codificação busca ordenar, organizar, sistematizar essas informações a partir de unidades de sentido - as categorias. Esse procedimento realiza a transição entre o concreto e o abstrato, entre elementos empíricos e sistemas conceituais.

É possível que se analise o material a partir de uma lista pré-definida de categorias, ou que as categorias sejam criadas à medida que é consultada a base de dados (Richards, 1999; Teixeira & Becker, 2001). Neste estudo, optou-se pela segunda alternativa: as notícias selecionadas foram lidas, e a partir dessa leitura foram definidos nós (categorias de análise), para sistematização do conteúdo e determinação das dimensões de análise. Foram objeto de apreciação tanto os elementos verbais - texto - quanto os não verbais - imagens.

A partir da recorrência das temáticas encontradas no conteúdo das notícias, as categorias apreendidas empiricamente foram agrupadas em três amplas dimensões analíticas: identidade dos(as) manifestantes; caracterização da(s) reivindicação(ões); interações entre manifestantes e policiais. Verificou-se que essas dimensões, articuladas, corresponderiam ao modelo proposto por Johnston e Alimi (2012), da maneira representada pela Figura 2.



Figura 2
Representação da construção do modelo analítico da pesquisa
Johnston e Alimi (2012)

As dimensões estudadas (identidade dos manifestantes; caracterização da(s) reivindicação(ões); interações entre manifestantes e policiais) foram inter-relacionadas e transpostas para a representação esquemática. Especificamente, trata-se das interações “entre manifestantes e policiais”, pois a descrição dessas situações de confronto é o conteúdo central da dimensão “interação” nas notícias analisadas; porém, são igualmente identificados repertórios de ação que não envolvem uma relação direta entre ativistas e forças policiais. O modelo analítico é, portanto, também aplicável para processos de mobilização nos quais a ação policial não é um elemento analítico relevante.

Como se verifica na Figura 2, as três dimensões foram articuladas de modo similar ao modelo proposto por Johnston e Alimi (2012), sendo a “identidade” correspondente ao “sujeito”, as “interações” correspondentes ao “verbo” e as “reivindicações” correspondentes ao “objeto”. O ganho analítico dessa articulação consiste na demonstração de que, no conteúdo das notícias, as três dimensões são construídas de forma relacional, e não como elementos isolados.

Aplicação do modelo analítico: o protesto de 27 de março de 2013

Uma vez formulado o modelo analítico da pesquisa, ao final da análise de conteúdo da cobertura dos dias de protesto foram construídos diagramas para sistematização das informações contidas nas notícias. Nos esquemas, foram identificados, em relação a cada jornal, o “conteúdo” atribuído a cada dimensão, bem como a “qualificação” (síntese interpretativa) desse conteúdo. A qualificação é um resumo do enquadramento interpretativo. Por fim, verificou-se se as coberturas, a partir das informações contidas nas notícias, classificaram as manifestações como legítimas ou ilegítimas (Koopmans & Olzak, 2004).

Para o presente texto, opta-se pela apresentação, de modo exemplificativo, da aplicação do modelo analítico à cobertura do protesto de 27 de março de 2013 pelos três jornais. Como já referido, a escolha de um evento específico neste texto busca atribuir centralidade a descrever a aplicação do modelo, dado que o caráter deste trabalho é metodológico. A escolha pelo protesto de 27 de março como exemplo de análise justifica-se pelo fato de o evento situar-se em um momento inicial (pré-junho) de disputa interpretativa, um período pouco estudado na literatura nacional, dado que esta tende a concentrar-se nos eventos de junho. Supõe-se que a configuração de enquadramentos específicos no referido momento

indica, mesmo antes de junho, padrões de cobertura distintos entre a mídia corporativa (Zero Hora e Diário Gaúcho) e a mídia alternativa (Sul21).

a. Zero Hora

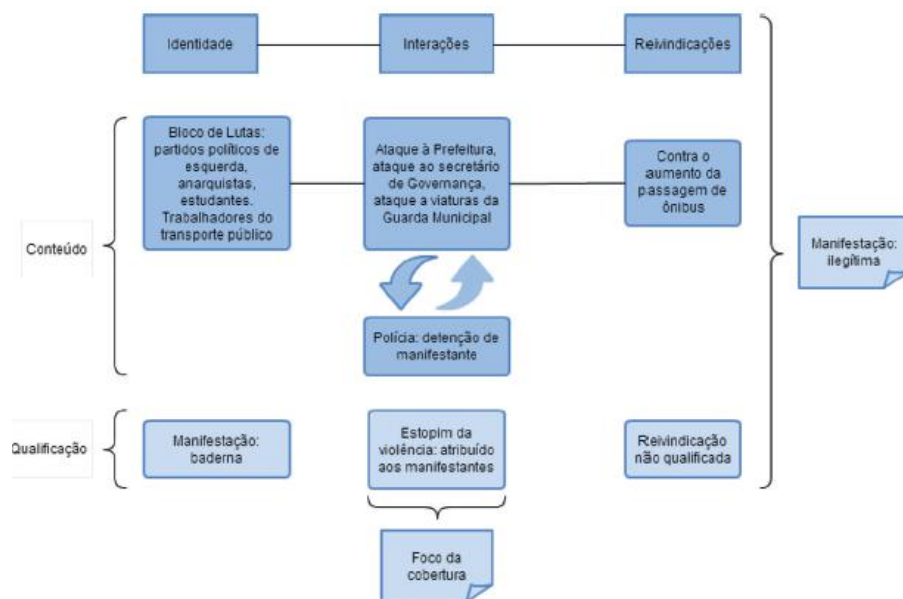


Figura 3

Representação gráfica da cobertura de Zero Hora ao protesto de 27 de março
Zero Hora

Na notícia de Zero Hora, predomina uma interpretação negativa à ação dos(as) manifestantes. Essa constatação resta evidenciada pela análise de que, para qualificação do evento, são utilizados os termos e expressões “manifestação”, “protesto”, “baderna”, “confusão”, “explosão de fúria”, “animais querendo guerra”. É possível verificar que os(as) ativistas são posicionados como sujeitos ativos na produção de atos de “depredação”. Nesse sentido, são os(as) manifestantes identificados(as) como atores que portam a característica da “desordem” (“baderna”) e que dão início às interações conflitivas.

Os agentes policiais, por sua vez, não são construídos enquanto sujeitos ativos do acontecimento, não sendo detalhada a única ação policial narrada na notícia (detenção de uma manifestante). O procedimento de atribuir aos(as) manifestantes a posição de sujeitos ativos da interação conflitiva é ainda associado à identidade coletiva de grupos e partidos “de esquerda”, de modo que, além de produzir uma interpretação pejorativa ao protesto, a notícia relaciona os atores a um determinado posicionamento no espectro político.

Por outro turno, as reivindicações dos(as) manifestantes não são contextualizadas (ausência de qualificação), sendo tal questão preterida em relação à identificação de quem eram os(as) ativistas e à descrição dos atos de “depredação”. Portanto, a cobertura de Zero Hora ao protesto do dia 27 de março segue um esquema interpretativo “criminalizante” (Ramos & Paiva, 2007), com a atribuição

de características de “perigo” e de “risco à ordem” à manifestação, sendo esta tomada como ilegítima (Koopmans & Olzak, 2004).

b. Diário Gaúcho

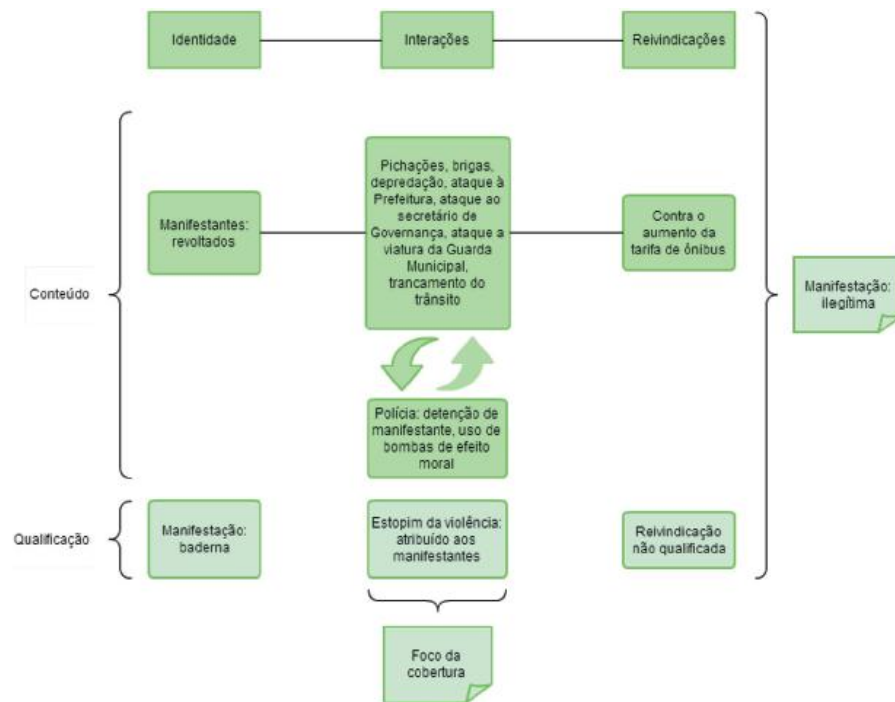


Figura 4

Representação gráfica da cobertura do Diário Gaúcho ao protesto de 27 de março
Diário Gaúcho

Na cobertura do Diário Gaúcho, assim como ocorre na notícia de Zero Hora, os(as) manifestantes são identificados(as) como os sujeitos que teriam, ativamente, produzido atos “contrários à ordem”. Também em consonância com a cobertura de Zero Hora, a manifestação é caracterizada a partir do termo “baderna”, recaindo a ênfase da cobertura sobre os atos de conflito ocorridos ao longo do protesto (com foco no “extraordinário” e nos aspectos conflitivos), em detrimento da descrição do processo de mobilização dos(as) ativistas e da descrição da pauta da luta pelo transporte público. Ademais, o jornal não descreve quem seriam os(as) manifestantes e os(as) caracteriza como “revoltados”. A polícia, por sua vez, é situada em uma posição passiva, sendo sua ação descrita como reação às prévias “agressões” perpetradas pelos(as) manifestantes. Portanto, a cobertura do Diário Gaúcho ao protesto do dia 27 de março igualmente segue um esquema interpretativo “criminalizante” (Ramos & Paiva, 2007) da mobilização, sendo esta tomada como ilegítima (Koopmans & Olzak, 2004).

c. Sul21

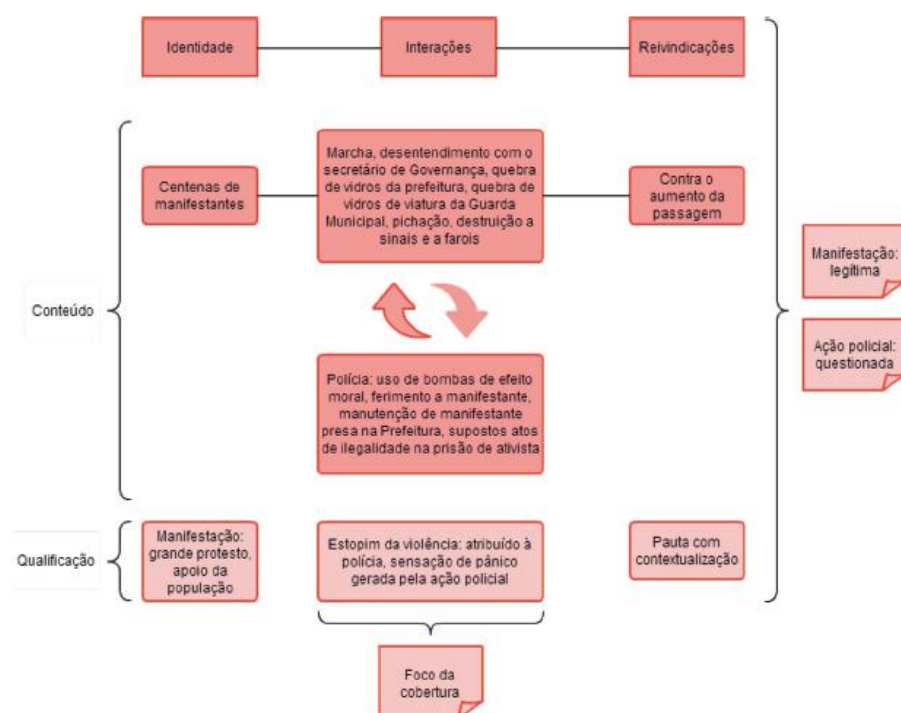


Figura 5

Representação gráfica da cobertura do Sul21 ao protesto de 27 de março
Sul21

No caso do Sul21, tanto a polícia como os(as) manifestantes ocupam, de forma dinâmica, posição de sujeitos ora produtores, ora receptores de agressões. Tanto atos de repressão policial (uso de bombas de gás lacrimogêneo, detenção), quanto atos de danos a patrimônios, por parte de manifestantes, são citados. No entanto, a notícia enfatiza o ponto de vista dos(as) manifestantes, com o questionamento aos procedimentos adotados pelas autoridades policiais, sendo estas reconhecidas como atores disparadores do confronto (pelo uso de bombas de gás lacrimogêneo) e como responsáveis pela prisão da manifestante (prisão esta que, pela forma como teria sido conduzida, é descrita enquanto causa para insatisfação de ativistas). Ademais, a demanda da mobilização é contextualizada e considerada legítima (Koopmans & Olzak, 2004).

d. Comparando os enquadramentos

A aplicação do modelo analítico aqui proposto permite a identificação dos desdobramentos políticos causados pelas diferenças gerais entre as coberturas das mídias corporativas e alternativas durante os eventos de protesto. No caso estudado, os enquadramentos do Sul21, os quais tendem a ser favoráveis ao evento de protesto, apresentam-se como contrapontos à mídia corporativa, representada por Zero Hora e Diário Gaúcho e por uma cobertura tendencialmente condenatória ao evento.

Para além dessa diferença em termos gerais, já apontada na literatura nacional sobre os protestos de 2013 (Fontanetto & Cavalcanti, 2016; Silva, 2014b), é possível identificar como essa disputa é discursivamente construída. A investigação das dimensões específicas dos enquadramentos

demonstra a relevância das posições nas quais os jornais situam os atores da interação. Se, por um lado, Zero Hora e Diário Gaúcho tendem a identificar os manifestantes como produtores ativos de táticas violentas, Sul21 enfatiza o papel ativo dos manifestantes na produção de reivindicações contra injustiças sociais. Da mesma forma, enquanto uma polícia reativa e responsável pelo cumprimento formal da lei é representada na mídia corporativa de Zero Hora e Diário Gaúcho, Sul21 enquadra a polícia como instituição ativa na produção de confrontos, questionando-se os procedimentos repressivos adotados.

Ademais, o elemento da qualificação de manifestantes e do evento constitui indicativo central para descrição de enquadramentos no modelo analítico proposto. Termos como “baderna” e “confusão”, presentes na cobertura da mídia corporativa, demonstram uma tendência avessa a situações de perturbação da ordem. Esse tipo de qualificador, por outro turno, não se faz presente na narrativa no Sul21.

Em suma, pode-se identificar que já estava em curso, mesmo em momento anterior a junho de 2013, uma disputa interpretativa que se tornaria mais complexa nos meses seguintes. Uma das consequências políticas dessa disputa é a intensa crítica de parte dos ativistas à cobertura da mídia corporativa ao início do ciclo de protestos, de modo que a própria mídia se transfigurou em um dos objetos de reivindicação no mês de junho (Fernandes, 2016a; Lima, 2013).

Tal circunstância impôs desafios aos meios de comunicação na cobertura dos eventos, o que desencadeou processos de readequação e de transformações de enquadramentos no curso do ciclo de protestos (Araújo, Alves Filho & Nunes, 2014; Cammaerts & Jiménez-Martínez, 2014; Fernandes, 2016a; Moraes, 2015). A configuração de relações complexas, por vezes conflitivas e por vezes complementares, entre mídias corporativas e alternativas reitera a necessidade de desenvolvimento de instrumentos metodológicos aptos à explicação das dinâmicas midiáticas em um contexto de disseminação de novas tecnologias de informação e comunicação.

Conclusão

Conclusivamente, como contribuições teórico-metodológicas do estudo, podem ser apontadas vantagens na aplicação do modelo analítico apresentado:

- demonstração dos procedimentos adotados pelos meios de comunicação para construção do conteúdo da notícia;

- explicitação e comparação dos posicionamentos adotados por diferentes veículos midiáticos/por determinado veículo em diferentes momentos temporais, em relação à (i)legitimidade dos processos de mobilização;

- construção de tipologias sobre modelos recorrentes de cobertura midiática à ação coletiva.

Quanto à primeira vantagem, a estrutura proposta por Johnston e Alimi (2012) para o estudo de confrontos políticos foi parcialmente

incorporada a este trabalho. À estrutura semântica “sujeito - verbo - objeto”, proposta pelos autores, corresponderam as seguintes dimensões, analisadas neste estudo: “identidade dos(as) manifestantes (sujeito); interações entre manifestantes e policiais (verbo); caracterização da(s) reivindicação(ões) (objeto)”. No entanto, o estudo de Johnston e Alimi (2012), por não ter como objeto especificamente os enquadramentos midiáticos, atém-se ao conteúdo expresso por essa estrutura. Por esse motivo, entendeu-se relevante adicionar a esse modelo os procedimentos midiáticos formais, adotados para a construção do conteúdo (seleção, ênfase, exclusão etc.), conforme a noção de enquadramento de Gitlin (1980).

Sobre a segunda vantagem apontada, é possível, a partir do exemplo do protesto de 27 de março de 2013, detectar que os conteúdos dos jornais diferem em relação aos enquadramentos produzidos. Enquanto Zero Hora e Diário Gaúcho constroem uma interpretação que caracteriza a ação dos manifestantes como ilegítima, Sul21 salienta o questionamento à ação policial e interpreta como legítimo o protesto. Essas diferenças de enquadramento explicitam distintos posicionamentos assumidos pelos jornais nas disputas políticas em torno dos sentidos dos protestos. A variação pode ocorrer não apenas entre diferentes veículos, como em um mesmo veículo em diferentes momentos, caracterizando-se, neste último caso, mudanças de enquadramento. Esse resultado reafirma a noção de que os meios de comunicação não são atores neutros nos conflitos políticos, mas sim atores inseridos nas disputas de sentido da ação coletiva.

Por fim, a adoção do modelo apresentado permite que sejam identificados enquadramentos recorrentes aos eventos analisados, de modo a serem construídas tipologias que sintetizem tais enquadramentos. A construção de tipologias permite a identificação de modelos específicos de cobertura midiática (para além da descrição da cobertura a eventos isolados) e a análise dos mecanismos que explicam como os meios de comunicação consolidam ou transformam suas interpretações na relação com movimentos sociais.

Em suma, a delimitação do conceito de enquadramento interpretativo, a construção de um modelo analítico e a apresentação das vantagens de utilização desse modelo constituem, em conjunto, a resposta ao objetivo traçado no início deste trabalho. Espera-se que o modelo desenvolvido seja utilizado em novos estudos e tenha suas limitações testadas em prol da constituição de metodologias rigorosas e precisas nos estudos em mídias e movimentos sociais.

Referências

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2016.

ARAÚJO, Leonardo Vasconcelos de; ALVES FILHO, Mário Elder de Sousa; NUNES, Márcia Vidal. *Mídia, Movimento Passe Livre e cidadania: a cobertura do estado de São Paulo durante as manifestações*

de junho de 2013. *Revista Eletrônica do Programa do Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, n. 5, p. 1-18, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind. Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

BENFORD, Robert. An insider's critique of the social movement framing perspective. *Sociological Inquiry*, v. 67, p. 409-430, 1997.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. Sobre espalhamento e convergência no âmbito dos movimentos sociais: relações entre mídias de massa e mídias sociais. *Revista Eletrônica do Programa do Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, n. 3, p. 480-499, 2013.

CAMMAERTS, Bart; JIMÉNEZ-MARTÍNEZ, César. The mediation of the Brazilian V-for-Vinegar protests: from vilification to legitimation and back? *Liinc em Revista*, v. 10, n. 1, p. 44-68, 2014.

CATANI, Antonio David (Org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

DELLA PORTA, Donatella. Research on social movements and political violence. *Qualitative Sociology*, v. 31, p. 221-230, 2008.

DELLA PORTA, Donatella; HAUPT, Heinz-Gerard. Patterns of radicalization in political activism. *Social Science History*, v. 36, n. 3, p. 311-320, 2012.

DEMETRIOU, Chares. Political violence and legitimation: the episode of colonial Cyprus. *Qualitative Sociology*, v. 30, p. 171-193, 1997.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável Público: Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Revista Novos Estudos*, v. 97, p. 43-55, 2013.

ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm". In: LEVY, Mark; GUREVITCH, Michael. *Defining media studies*. New York: Oxford University Press, 1994.

ENTMAN, Robert; ROJECKI, Andrew. Freezing out the public: elite and media framing of the U.S. anti-nuclear movement. *Political Communication*, v. 10, n. 2, p. 155-173, 1993.

FERNANDES, Eduardo Georjão. Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016a.

_____. Contradições da prática jornalística: entre a (persistente) ideia de "objetividade" e a "construção social da notícia". *Revista Contraponto*, v. 3, n. 1, p. 135-150, 2016b.

FONTANETTO, Renata Maria Borges; CAVALCANTI, Cecília Carrossini Bezerra. A cidade em narrativas: jornalismo tradicional e cidadão durante as "Jornadas de Junho" de 2013 no Brasil. *Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 131, p. 349-362, 2016.

GAMSON, William et alii. Media images and the social construction of reality. *Annual Review of Sociology*, v. 18, p. 373-393, 1992.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, n.1, p. 1-37, 1989.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching*. Berkeley (CA): University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Ervin. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012 [1974].

INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Vozes silenciadas: mídia e protestos. A cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo*. São Paulo: Intervozes, 2014.

JAMES, William. *Principles of psychology*, v. 2. New York: Dover Publications, 1950.

JOHNSTON, Hank; ALIM, Eitan. Primary frameworks, keying and the dynamics of contentious politics: the islamization of the Chechen and Palestinian national movements. *Political Studies*, v. 60, p. 603-620, 2012.

KOENIG, Thomas. Compounding mixed-methods problems in frame analysis through comparative research, 2006. Disponível em: . Acesso em: 30 Jul. 2014.

_____. Reframing frame analysis: systematizing the empirical identification of frames using qualitative data analysis software. In: ASA Annual Meeting, San Francisco (CA), 2004.

KOOPMANS, Rudd; OLZAK, Susan. Discursive opportunities and the evolution of right-wing violence in Germany. *American Journal of Sociology*, v. 110, n. 1, p. 198-230, 2004.

LIMA, Venício Artur de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia et alii. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LÓPEZ, Wilson; SABUCEDO, José Manuel. Culture of peace and mass media. *European Psychologist*, v. 12, n. 2, p. 147-155, 2007.

MARICATO, Ermínia et alii. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCADAM, Doug; MCCARTHY, John; ZALD, Mayer (Eds.). *Comparative perspectives on social movements*. New York: Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, Kleber; DAEMON, Flora. Os “outros” da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 11, n. 30, p. 37-55, 2014.

MORAES, Érika de. Brasil “redemocratizado”: um gigante que acordou? A discursividade midiática sobre os protestos de junho de 2013. *Revista Eletrônica do Programa do Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, v. 6, n. 6, p. 131-151, 2015.

MELUCCI, Alberto. The process of collective identity. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (Eds.). *Social movements and culture: social movements, protest, and contention*. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 1995.

ORTELLADO, Pablo. Reflexões sobre o Movimento Passe Livre e outros “novos movimentos sociais”. *Mediações*, v. 18, n. 2, p. 110-117, 2013.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. *Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs*. Caxambu (MG), Anpocs, 2002.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RICHARDS, Lyn. *Using NVivo in Qualitative Research*. Melbourne: Qualitative Solutions and Research Pty Ltd., 1999.

RUGGIERO, Vincenzo. Brigade Rosse: political violence, criminology and social movement theory. *Crime, Law and Social Change*, v. 43, p. 289-307, 2005.

RYAN, Charolotte. *Prime time activism*. Boston (MA): South End Press, 1991

SCHEUFELE, Dietram. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, v. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.

SILVA, Camila Farias da. *Inovação nos repertórios de contestação: o confronto em torno do transporte público em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Marcelo Kunrath. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?, in: CATTANI, Antonio David (Org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014a.

_____. *Manifestações no Brasil: estruturação da esfera pública, rede social e participação popular na Internet*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Jornalismo) - Universidade de Coimbra, Portugal, 2014b.

SILVA, Camila Farias da; FERNANDES, Eduardo Georjão. Ciclo de protestos de 2013: construção midiática das performances de contestação. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, n. 2, p. 202-215, 2017.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Erving Goffman e a Ação Coletiva: contribuições do conceito de “molduras interpretativas” para o estudo dos movimentos sociais. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*. Salvador: SBS, 2013.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013 - classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, n. 97, p. 23-40, 2013.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg (Orgs.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven (CT): Yale University Press, 1992.

_____. Ideology, frame resonance and participant mobilization. *International Social Movements Research*, n. 1, p. 197-218, 1988.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e Visibilidade. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no*

cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

_____. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

TARROW, Sidney. Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Alex Niche. A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TEIXEIRA, Alex Niche. A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TEIXEIRA, Alex Niche; BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. Sociologias, Ano 3, n. 5, p. 94-114, 2001.

TILLY, Charles. From mobilization to revolution. Reading (MA): Addison-Wesley, 1978.

TUCHMAN, Gaye. Making news. New York: The Free Press, 1978.

WOLFSFELD, Gadi. Media and political conflict. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1997.

Notas

- 1 Mídia Ninja é definida, em seu site, como “uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir das novas tecnologias e de uma lógica colaborativa de trabalho”. Disponível em: . Acesso em: 07 Jun. 2018.
- 2 Zero Hora é considerado o maior jornal do Rio Grande do Sul, devido à sua estrutura e longevidade. O jornal é predominantemente dirigido para as classes A e B de Porto Alegre e das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul. Diário Gaúcho é considerado um jornal popular, voltado para as classes B, C e D de Porto Alegre e das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul. Sul21 é um veículo midiático “de esquerda” e que se utiliza apenas da Internet para a disseminação de notícias.

Autor notes

eduardo.g.fernandes@gmail.com